

GT 4 – DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

A atuação da juventude nos movimentos sociais dos séculos XX e XXI: conceituação sociológica de juventude e os impactos sociohistóricos das mobilizações coletivas

Karen Ferreira ¹

RESUMO: O presente artigo, vinculado ao campo de estudo sobre os Movimentos Sociais, tem como enfoque as mobilizações das juventudes em nível nacional e internacional entre o século XX e XXI. A partir da literatura especializada, principalmente diante das contribuições de Eder Sader e Maria da Glória Gohn, a pesquisa apresenta estratégias de mobilização coletiva das juventudes, justificadas a partir do contexto histórico em que esses sujeitos estavam inseridos. Buscando captar a memória deste processo, estão presentes as diferentes perspectivas acerca das práticas políticas, bem como as diversas dimensões atribuídas ao contexto sociohistórico, na construção de um movimento político.

Palavras-chave: Estado; Juventudes; Movimento Social; Democracia; Cidadania.

ABSTRACT: This article, linked to the field of study on Social Movements, focuses on youth mobilizations at the national and international levels between the 20th and 21st centuries. Based on specialized literature, primarily the contributions of Eder Sader and Maria da Glória Gohn, the research presents strategies for collective youth mobilization, justified by the historical context in which these individuals were situated. Seeking to capture the memory of this process, different perspectives on political practices are presented, as well as the various dimensions attributed to the socio-historical context in the construction of a political movement.

Keywords: State; Youth; Social Movement; Democracy; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Devido ao engajamento da juventude, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, as mudanças e efervescências culturais e políticas ao redor do mundo, tornou-se possível à sociedade civil e às Ciências Sociais refletirem acerca do papel social do que é “ser jovem” no mundo.

As Ciências Sociais iniciam o questionamento sobre a visão tida até então como

¹ Graduada em Ciências Sociais; Especialista em Ensino de Sociologia; Mestranda em Sociologia (UEL); Bolsista do Programa de Fomento à Extensão Universitária 2026 (PROEX-UEL); karen.ferreira@uel.br

única e central, de compreender a juventude tão somente enquanto categoria transitória da vida. E a sociedade civil, questionando o potencial da juventude em conduzir e se articular em movimentos reivindicatórios, antes centralizados nos trabalhadores.

Buscando evidenciar, de forma sociológica, a categoria juventude e suas formas de atuação em movimentos sociais no cenário nacional e internacional e, sobretudo buscando romper com os aspectos biologizantes, a análise a seguir se amparou em referenciais teóricos como Dayrell (2003), Melucci (2007) e Pais (1990).

Caracterizou-se, em um primeiro momento, a categoria juventude enquanto força motriz de transformação social, seguido do exemplo concreto de atuação da juventude em nível internacional, analisando, de acordo com Zuenir (2008), as manifestações de estudantes em Maio de 1968 como uma “redescoberta de novos modos de transformação social”, visto que a categoria juvenil de estudantes pôde ser colocada como atores centrais na luta por mudanças legislativas e comportamentais.

Posteriormente, foi possível analisar o exemplo concreto de atuação da juventude no Brasil, permitindo pensar a nova organização da cultura política, o “novo” construído a partir de velhas estruturas sociais e políticas, diante dos escritos de Gohn (2017), focalizando as lutas no campo da educação e no caráter educativo do movimento social durante o processo de redemocratização e as reformas educacionais advindas deste período. Evidenciou-se ainda, a trajetória das reformas educacionais e seus impactos em lutas atuais sob direção do neoliberalismo, referenciando historicamente, por Alves (2008) e Alonso (2017), o cenário nacional que ocasionou as manifestações de Junho de 2013, além de situar a juventude enquanto protagonista dos movimentos de protestos no Brasil e os impactos consequentes do sistema econômico neoliberal para a educação.

Dessa maneira, o artigo estrutura-se inicialmente na discussão sociológica acerca da categoria juventude, para posteriormente analisar experiências históricas de mobilização juvenil, com destaque para “Maio de 68”, o movimento “Diretas Já” e as manifestações de Junho de 2013.

2. CONCEITUAÇÃO SOCIOLÓGICA E AS MOBILIZAÇÕES JUVENIS

Toda reflexão sociológica é um olhar atento sobre os processos sociais em transformação, sendo de suma importância identificar as pessoas imersas nesse

movimento de mudança. Quando, então, esse percurso está vinculado a um fenômeno geracional, deve-se levar em consideração os conhecimentos de diferentes áreas, como a psicologia, a história e mesmo a biologia. É necessário ainda compreender a polissemia da realidade e dos impactos em andamento, buscando evidenciar o processo de construção do sujeito em seu caráter autônomo, mas também na interdependência entre a comunicação e entendimento da realidade em volta, suas mudanças, seu processo de socialização e suas decorrências.

Enquadrar, especificamente a juventude como uma categoria transitória, definida única e exclusivamente pela característica etária, é reduzi-la de tal forma a desconsiderar nuances, rupturas, desafios e permanências.

Dentro de diversos grupos sociais mobilizáveis, como etnia, classe ou gênero, a categoria juventude pode ser considerada uma das mais complexas. Capaz de proporcionar, segundo Ridenti (2005, p. 82) “significados e valores tais como são sentidos e vividos ativamente”, a juventude comporta todos esses grupos em sua totalidade, somando ainda a potencialidade que esta carrega dentro de si².

A partir do século XX, as transformações político-sociais no Brasil e no mundo impulsionaram uma mudança em relação a esse pensamento reducionista. Ganharam nova significação a disposição e a mobilização da juventude, advindas das rupturas econômicas e sociais ocasionadas, sobretudo, pela inserção dessa mão de obra barata em indústrias têxteis, como resultado da explosão demográfica dos centros urbanos. Esse processo elevou a categoria como força motriz e revolucionária de mudança social, sendo capaz de alterar a ordem vigente e marcar processos históricos.

Apesar de suas diferenças, a juventude compartilhou no cenário pós-guerra de um florescimento cultural e político capaz de impulsionar um sentimento romântico-revolucionário, vivenciando, de acordo com Williams (1979, p. 132), “experiências combinadas, onde o significado existente [converteu] a parte ao todo, e o todo à parte.”

Deste cenário emergiram esforços de reelaboração dos processos sociais, isto é, houve a tentativa de reconstrução das condições sociais práticas a partir de pautas

² Argumento central sobre juventude ancorado nas análises de Pais (1990, p. 146) “A juventude [...] é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo.”

conjuntas tidas, até então, como secundárias e marginalizadas, a exemplo da diversidade e das desigualdades no campo da cultura. Dessa maneira, como caracteriza Williams (1992, p. 24), esse processo pôde ser considerado uma “descoberta de um correlato objetivo [que compôs] uma certa situação e personagens para produzir, de forma objetiva, os sentimentos subjetivos ou concretos [...]”.

Surgem a partir deste panorama geral, os questionamentos acerca da organização social instituída, na tentativa empreendida pela categoria juventude de compreender as mudanças e elementos sociais que a compunham em determinado período.

A criação de um novo sujeito social, coletivo e histórico, operou, segundo Sader (1988, p. 13), “como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimentos políticos que [tenderam] a [ser] ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica”, proporcionando a formação de espaços públicos para luta além do sistema de representações instituído.

Os movimentos de luta surgem, primeiramente, pelo “direito de reivindicar direitos”³ (SADER, 1988, p. 26), organizados em periferias urbanas, provindas da práxis do pensar e do agir diante das novas formas de organizações a partir das velhas estruturas de uma cultura política, atribuindo ressignificação às interpretações já existentes.

Dotados de autonomia, esses sujeitos sociais construíram formas discursivas pautadas em suas condições reais de existência. Elaboraram suas representações de acordo com os acontecimentos que presentificaram, dando sentido às lutas e à configuração social, reivindicando a democracia associada às práticas das esferas da vida coletiva.

A gestão destas manifestações foi capaz de propiciar a transversalidade entre as lutas, suscitando tanto a reivindicação de participação política de sujeitos, quanto a articulação com os campos sociais. As lutas puderam reivindicar relações de classe, gênero, etnia, e, ao mesmo tempo, questões de moradia, educação, saúde, meio ambiente etc. Isso ocasionou novas dinâmicas aos protestos sociais ao evitar o formato tradicional das organizações institucionalizadas.

³ Sader se apropria da expressão “direito a ter direitos” de Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1951). Para a autora, é por meio desta expressão que se concretiza o exercício da cidadania e do pertencimento de cada indivíduo à humanidade.

Em síntese, a dimensão organizativa da juventude teve um papel primordial no processo histórico nacional e internacional. Alocada inicialmente pela sociedade civil para um segundo plano, deslocada dos processos que engendravam as tomadas de decisões. A juventude, após seu processo de organização, consolidou os meios articulatórios para sua mobilização e evidenciou sua disponibilidade em discutir situações que até mesmo ultrapassariam seus interesses imediatos, afetando seus direitos e perspectivas de vida e das gerações futuras.

Quando focamos em condições plurais juvenis, as relações intergeracionais se tornam experiências acumuladas. Há uma vinculação entre a experiência individual e a história do coletivo e social, que culmina nas ações e práticas culturais do momento. Dessa forma, a construção da categoria juventude, enquanto constituída por sujeitos sociais, possibilitou a compreensão desses indivíduos no íntimo das suas relações com o cotidiano individual e com a reinvenção dos significados dados ao coletivo por meio destas experiências, em relações de pertença.

De acordo com Pais (1990, p. 156), “o que [caracteriza] a atual geração jovem seria o poder, inédito até hoje, negado a gerações anteriores: o poder de influir no mundo adulto, ao propor pautas e estilos de conduta que os mais velhos aceitariam, muitas vezes com avidez”. Seriam atributos a reflexão crítica do significado social do “eu”, enquanto jovem na sociedade, sua capacidade de intervir de forma autônoma, sua potência de renovar as práticas e valores estabelecidos culturalmente.

Essa criação de um sujeito coletivo e crítico a partir do reconhecimento das próprias condições de existência, sem teorias prévias, possibilitou, ao longo das últimas décadas, a renovação e institucionalização de espaços públicos de representação capazes de comportar movimentos de participações no contexto político, movimentos, criados pelos próprios sujeitos, de maneira autônoma e protagonista.

2.1. Maio de 1968 e a consolidação da juventude como sujeito político

A década de 1960 foi um marco na história da juventude em geral. A emergência de demandas que pensassem novas formas de poder proporcionou, à juventude da época, reflexões sobre a vida humana a partir de experiências marginalizadas, vinculadas a gênero, sexualidade, religião, núcleo familiar, entre outros.

Nos Estados Unidos, concentravam-se os protestos contra a Guerra do Vietnã. A

Tchecoslováquia buscava em medidas reformistas contrárias ao autoritarismo, a democratização do país. Na Alemanha, movimentos estudantis se consolidavam em Berlim. E, no Brasil, a luta cravada era contra o golpe militar instaurado em 1964.

Os anos finais da década de 60 foram resultados de uma agitação intensa mundo afora. Em especial, o ano de 1968 na França, marcou a história de lutas e protestos, bem como se tornou influência para os demais movimentos revolucionários de outras partes do mundo.

Sob o governo de Charles de Gaulle, de 1958 a 1969, a sociedade francesa vivenciou o período de promessa de reconstituição da vida econômica e política, não medindo esforços para conquistá-la.

A sociedade francesa, embora vivendo as agitações globais da década, simultaneamente presenciou insatisfações particulares. Tendo o desemprego local como consequência de uma Reforma de Segurança Social de Trabalhadores em 1967 e fomento ao conservadorismo no sistema educacional, o território culminou ao que é conhecido como “Maio de 1968” ou “Maio Francês”.

A grande maioria do corpo docente da época era considerada reacionária. Dessa mesma forma eram compreendidas as normas do sistema educacional. Não atendiam, portanto, às demandas da nova geração da juventude francesa e ao seu novo modo efervescente de pensar e viver.

Em março de 1968, estudantes utilizaram-se de uma tática importante de reivindicação dos movimentos sociais e que caracterizariam fortemente os protestos deste ano, as ocupações. O corpo discente ocupou o prédio de Administração da Universidade de Paris, em Nanterre. Essa primeira ocupação possibilitou o fortalecimento do movimento estudantil francês e desencadeou os primeiros protestos relacionados às insatisfações diante do sistema educacional. Os protestos ocorreram entre março e abril daquele ano.

Em 2 de maio, estudantes mostraram-se contrários à separação por sexo entre alojamentos no campus de Nanterre. No dia seguinte, 3 de maio, a administração da universidade autorizou o fechamento do campus, expulsando estudantes que participavam das movimentações. Concretizando-se de fato o que viria a ser Maio de 68: estudantes do campus da Universidade de Sorbonne passaram a manifestar apoio aos estudantes de Nanterre e, juntos, enfrentaram a repressão policial

instituída frente aos protestos.

Em resposta à crescente violência policial, a classe trabalhadora unia-se em apoio aos estudantes franceses. O mês de maio foi marcado por uma convocação de greve geral, cuja paralisação foi aderida por cerca de dez milhões de trabalhadores, entre professores, metalúrgicos e funcionários públicos.

Ao final de maio, o governo de Gaulle viu-se obrigado a negociar e debater condições para que trabalhadores voltassem à normalidade de trabalho. Feito o Acordo de Grenelle, este na medida em que garantiu uma redução da jornada de trabalho e aumento salarial aos trabalhadores, além de uma maior liberdade aos sindicatos para organizarem-se, enfraqueceu, por outro lado, o movimento estudantil, reduzindo os dez milhões de grevistas à cerca de cento e cinquenta mil.

Em geral, pensar Maio de 68 é refletir sobre a potência da organização estudantil em acoplar a sociedade aos debates contestatórios das relações sociais. A juventude da década de 60, a nível nacional e internacional, definia-se como política, acreditando que tudo deveria ser submetido ao político.

Como posto por Ventura (1988, p. 43), “movida por uma até hoje misteriosa sintonia de inquietação e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária”. A capacidade que tiveram de subverter o sistema educacional autoritário da época, isto é, a relação hierárquica entre professor e aluno, em uma relação horizontal mesmo que temporal, fez emergir em cena a classe de estudantes como novos agentes políticos nas lutas sociais, descentralizando os trabalhadores, até então protagonistas.

Em suma, a juventude de Maio de 68, no que tange aos avanços políticos da época, não obteve tanto sucesso. Gaulle permaneceu no poder, sem renunciar, como estava em pauta nos protestos estudantis. No entanto, as dimensões simbólicas e comportamentais se revolucionaram.

A juventude francesa, a partir da luta por um sistema educacional horizontal e que prezasse pela liberdade e pela diversidade, ensinou, ao mundo, novas formas de relações entre as pessoas, o Estado, a política e as artes. Por meio da mobilização nas ruas, a juventude transformou a racionalidade em gestos e ações de sentidos, desejos diferentes sobre a vida. Expandiram o campo do possível sobre o entendimento do que é tangível sobre a sociedade e, consequentemente, sobre os

sonhos juvenis, almejando transformações e um terreno mais fértil para as próximas lutas que, certamente vieram pela frente.

2.2. “Diretas Já” e a juventude da redemocratização brasileira

Os anos 1950 e 60 foram marcados por uma intensa descrença por parte dos trabalhadores acerca das instituições políticas, reflexo observado na crise de valores representativos entre sociedade civil e Estado, como um todo.

Com a instauração de um governo militar, as manifestações contrárias ao regime por parte da sociedade civil foram marcadas, reitera Sader (1988, p. 10), por um “sujeito coletivo e descentralizado [que], não se [apresentou] como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro”, mas, por outro lado, tornou possível a criação de novos atores políticos no cenário, definidos como uma “novidade no real e nas categorias de representação do real” (Ibidem p. 27), capazes de defender a autonomia dos movimentos e de suas ações fora de institucionalidades estatais.

O desenvolvimento dos primeiros movimentos sociais populares em oposição ao governo militar se deu pelo apoio da Teologia da Libertação, da Igreja Católica. Este apoio, enquanto um movimento socioeclesial que perdurou fortemente no Brasil durante as décadas de 1970 e 80, procurou auxiliar os movimentos sindicais de trabalhadores por meio de mobilizações organizadas, na reivindicação de suas demandas no cerne de questões e luta por direitos sociais.

Com isto, a proporção em que a igreja era reconhecida enquanto instituição de Deus na Terra, ela assumia os clamores e aflições populares, uma vez que abria espaços para que viessem à tona e fossem legítimos os protestos e significados atribuídos às condições de vida até então silenciados pelo Estado. A partir desses primeiros protestos, houve uma politização das organizações populares que, futuramente, culminariam nas lutas por direitos políticos e sociais.

Em geral, as propostas desses primeiros protestos, sob o intuito de obter um diagnóstico da realidade social, foram pautadas na pressão de demandas ao poder público pelo suprimento de necessidades criadas pela sobrevivência de trabalhadores nas metrópoles. Fortemente marcadas por ações coletivas baseadas na autoafirmação da expressão política de trabalhadores, com a finalidade de projetar as insatisfações destes no plano do enfrentamento político, as primeiras alterações

no cenário resultaram de grupos populares que reivindicavam políticas salariais, liberdades sindicais e direito a greves.

A partir da década de 1980, o cenário socioeconômico se transformou. E junto dele, os movimentos e ações coletivas. Com o fim do regime militar, as eleições indiretas para presidência da república levaram Tancredo Neves ao cargo de Presidente. No entanto, uma campanha popular, mobilizada principalmente por estudantes, ocupou as ruas, reivindicando o direito de realização de eleições diretas para presidência, processo eleitoral suspenso desde 1965, pelo Ato Institucional nº 2, que designava aos membros do Congresso Nacional o poder de eleger indiretamente presidente e vice-presidente da República.

Denominadas “Diretas Já”, as manifestações nas ruas por meio de comícios evidenciavam as articulações políticas. Tomadas por lideranças partidárias das oposições, que estariam à frente da mobilização, junto às representações de um grande número de organizações de movimentos sociais.

Dentre esses comícios, observava-se o uso intenso de símbolos patriotas, como bandeiras e hinos nacionais. Segundo Tatagiba (2014, p. 57),

a democracia participativa conformou um imaginário social que deu sentido às interações entre movimentos sociais e estado e sedimentou um caminho próprio para as mudanças por dentro das regras do jogo. Foi essa aposta e a luta que ela engendrou que conferiu ao Brasil uma das mais inventivas e sólidas arquiteturas participativas da América Latina (apud Teixeira, 2013),

o que conferiu, até aos dias atuais, o poder às ruas de influenciar diretamente o poder legislativo.

No Brasil, os trabalhadores até o início do século XX eram vistos pelas autoridades e pela sociedade em geral, como uma massa de conformismo e passividade, incapazes de construir uma imagem de ação autônoma frente a demandas e objetivos cotidianos.

A partir dos anos 1990, há, de fato, a institucionalização de organizações populares, com o surgimento das primeiras parcerias entre sociedade civil organizada e poderes públicos. No contexto de desenvolvimento do sistema econômico neoliberal, emergiram nos movimentos sociais novos atores reivindicatórios, como ONGs e entidades de terceiro setor. Partindo da ideia de que apenas por meio da luta seria possível a manutenção dos direitos, somaram-se novas políticas públicas pautadas em questões de cidadania e participação social.

Tais lutas, como esclarece Gohn (2011, p. 346),

[faziam] parte da construção da cidadania, [sendo] o tema dos direitos fundamentais, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório, haja vista que as lutas são criadas cotidianamente, nas adversidades das situações enfrentadas pelos sujeitos.

As reformas neoliberais deslocaram as tensões para o plano cotidiano, gerando uma onda de violência e diminuição de oportunidades de trabalho formal. Isso fomentou formas precárias de trabalhos informais, ameaçando o plano dos direitos dos indivíduos, o que, conseqüentemente, aumentou a demanda por deveres e por suprimento de necessidades básicas em nome da atuação de um ativismo formal.

Em 1992, o cenário brasileiro foi marcado por uma intensa mobilização de jovens nas ruas, no movimento que ficou conhecido por “Fora Collor”⁴, que reivindicava o impeachment do então Presidente, Fernando Collor, acusado de corrupção e fraudes financeiras. O maior símbolo de expressão dessas movimentações estampava-se nos rostos pintados com as cores da bandeira nacional, fazendo dele um retrato bicolor, verde e amarelo.

Esse ativismo formal resgatou as experiências acumuladas das primeiras formas de mobilizações, ressignificando-as.

Partindo, portanto, das lutas sociais anteriores, os sujeitos reelaboraram suas representações sobre os acontecimentos, recorrendo às matrizes discursivas de contestação constituídas historicamente, ao mesmo tempo em que denunciavam a situação das desigualdades sociais vigentes. Simultaneamente, incorporavam “novas” questões reivindicativas de efetivação da democracia às esferas da vida social.

As mobilizações do novo milênio são reconhecidas pelo regresso ao sentimento de descrença nas instituições político-representativas. Com o processo de redemocratização, em que o cenário nacional se consolidou, as eleições

⁴ O curto mandato de Fernando Collor de Melo, que, sendo primeiro presidente eleito no período de redemocratização, foi caracterizado por reformas administrativas que incentivaram a abertura ao capital externo e privatizações. Em agosto de 1992, Collor pediu à população que tomassem as ruas em seu apoio. No entanto, o nível de insatisfação popular era tamanho que, o movimento se virou contra o presidente. O Movimento também conhecido como “Movimento dos Caras-pintados”, reivindicou a saída de Collor, do posto nas diversas capitais brasileiras, marcadas por jovens com os rostos pintados em verde, amarelo e preto.

presidenciais por vias diretas carregaram consigo um “desejo de mudança”, mas tão somente na teoria, já que a prática não contemplou a todos.

2.3. Junho de 2013 e as novas formas de mobilização da juventude

Os novos movimentos sociais, fortemente marcados pelos rostos jovens, abrangiam as temáticas da educação, do gênero e da nacionalidade, bem como as questões ambientais, religiosas, entre outras. O enfoque na participação escolar como potencial de processos transformadores geraria formas de sociabilidade e aprendizado político para a participação na sociedade em geral.

Houve, nesse tempo, uma amplitude em suas formas de mobilização, uma vez que se tornaram transnacionais. Tendo as pautas ultrapassado as fronteiras das nações, estes novos movimentos sociais tiveram a tecnologia a seu favor como forma de comunicabilidade. Mesmo que se caracterizando pela heterogeneidade nas lutas e nas correntes ideológicas de ativistas aderentes aos movimentos, apresentaram a construção de uma sociedade democrática como ideário.

No dia 2 de junho de 2013, foi anunciado pelo governo de Fernando Haddad, em São Paulo, o aumento da tarifa do transporte público. Iniciando um marco, denominado por Secco (2013, p. 73) como “protestos amplos e generalizados”. Nada semelhante havia sido visto no país desde 1992. Os protestos, convocados por redes sociais pelo Movimento Passe Livre, tomaram as ruas das principais capitais do país, expressando sua insatisfação frente ao aumento da tarifa do transporte, reafirmando o direito à mobilidade urbana por meio do bloqueio de vias públicas. Em pouco tempo, alastrou-se pelas demais cidades brasileiras essa movimentação.

A organização ao redor das redes sociais possibilitou aos protestos uma nova dinâmica, fugindo do controle das organizações institucionalizadas dos movimentos tradicionais. A partir de 2013, inaugura-se um novo ciclo de lutas e mobilizações políticas no Brasil, alterando os atores sociopolíticos destacados no cenário e, consequentemente, alterando também a cultura política do país.

Embora a história do Brasil seja marcada por diversas lutas e mobilizações em toda sua trajetória, o ano de 2013 não possui referencial histórico que se assemelhe. Por Gohn (2018, p. 117), entende-se que

a conjuntura econômica da década de 2010 [afetou] os jovens de todas as camadas sociais e abriu espaço para que eles olhassem para a política, para os partidos e para o comportamento dos políticos, que [passaram] a ser

rejeitados e criticados.

Essa nova década incitou um repertório autonomista de mobilizações, capacitando a sociedade civil de intervir em sua articulação de forma horizontal e direta, por meio de manifestações públicas coletivas acerca da política institucional.

Amparados sob matrizes discursivas do anarcossocialismo, de caráter apartidário, estes novíssimos movimentos sociais estimularam processos subjetivos de emoções coletivas. Articularam, em suas estratégias de mobilizações, tanto as lutas emancipatórias por direitos sociais, quanto processos de percepções e representações coletivas.

Ligado à esquerda, caracterizado como horizontal e autônomo, o movimento levou os sujeitos às ruas, Brasil afora. Carregavam-se, nas marchas, diversas bandeiras de centrais sindicais, partidos e movimentos sociais, entoando as mais diversas palavras de ordem.

Define Gohn (2017, p. 114) que “este tipo de movimento e suas demandas diz respeito a valores que remetem ao campo dos direitos, para se pensar uma nova geração de direitos”, isto é, ao tomarem as ruas como forma de legitimação dos protestos, os jovens de Junho de 2013 buscaram mudanças conjunturais advindas da dificuldade e incapacidade que as elites políticas tiveram em estabelecer diálogo com a juventude, avivando novas formas de pertença desta categoria no meio público.

A juventude de 2013 soube sensibilizar as demais camadas sociais da sociedade civil, para que apoiassem sua luta. Ao ampliarem suas pautas para além da mobilidade urbana, incluíram demandas como mudanças no modo de gestão e nas políticas públicas, pois a conjuntura econômica vigente passou a ser fonte de desgaste e descrença da população no governo e no modelo de política-representativa.

As mobilizações nos quatro cantos do país, à medida que se nacionalizavam, mais se dividiam em diferentes bandeiras. Devido à eclosão dos protestos convocados e mobilizados em redes sociais, esse espaço, contudo, foi utilizado como estratégia da direita e das mídias sociais tradicionais, em reproduzir um espaço alternativo para produzir e captar informações políticas.

Conforme crescia a apropriação da direita, a partir da disseminação de

informações pela mídia, houve um acirramento de oposições ideológicas. As pautas iniciais se desmembraram e deram espaço aos discursos conservadores que, futuramente, caracterizaram os protestos seguintes em território nacional.

Ao tratar as mobilizações enquanto guerras bicolores, os protestos tomaram outros rumos em decorrência do discurso midiático. De um lado, referindo-se às bandeiras vermelhas, às semelhanças aos partidos de esquerda; de outro, pelas cores verde-amarela, assimilados à direita. Havia também um terceiro caminho, dos ativistas que optaram pelo uso do preto, que passaram a ser identificados, pela mídia, como vândalos. Diante dessa terceira via, fez-se presente o uso da violência policial como estratégia de confrontação adotada, o que diferenciou esse movimento dos anteriores.

Embora os ciclos de protestos sejam similares aos da década de 1960, outras formas de mobilizações e temas foram adotadas. A exemplo, o enfoque na educação. Isso de certa forma impactou a sociedade e os governos, haja vista que as novas formas de ações coletivas, com a participação majoritária de jovens autônomos, organizados horizontalmente e denominados ativistas, emergiram uma nova cultura política, que contestou e renovou práticas culturais tradicionais. Houve, a partir desse momento, a reversão de códigos e símbolos culturais institucionalizados, nos quais os jovens não mais depositam suas esperanças. Sob ideários libertários prezaram por uma autonomia cidadã e civil não-institucionalizada, construída a partir de suas próprias experiências, capazes de romper com um paradigma do determinismo⁵ imposto a esta categoria.

As ruas das cidades brasileiras inicialmente clamaram por cidadania social. A redução da tarifa de transporte público era a reivindicação. Estavam insatisfeitos diante da forma autoritária que se tentava concretizar o aumento da tarifa, sem comunicação com a sociedade civil.

Quando instaurada a crise da democracia representativa, clamou-se pela refutação de formas antidemocráticas do Estado brasileiro em gerir suas políticas. As ruas passaram a negar a política como um todo. A princípio, a pauta dos R\$ 0,20 da tarifa do transporte público tornou-se reivindicação em investimentos na área da

⁵ “História é tempo de possibilidade e não de determinismo.” (p. 19). Ver Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire, 1996. Diferença entre condicionamento e determinismo.

saúde, educação e, principalmente, reivindicação de uma reforma política, reunindo diferentes classes sociais nas ruas, expressando suas insatisfações e desejos.

A pulverização das pautas e a extensão dos atores em luta fizeram perder força os protestos. No entanto, o enigma, que Junho de 2013 ainda é, faz dele uma potência às juventudes futuras.

A reabertura de novos espaços para o protagonismo juvenil e a capacidade de sensibilizar a sociedade como um todo, trazendo-a às ruas, demonstraram uma nova forma de interferir no sistema e criar representações pela luta direta, capazes de pensar uma nova geração de sujeitos históricos, concretizando as palavras de Freire (1996, p. 54),

o fato de [se] perceber no mundo, com o mundo e com os outros [se] põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, [a] presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.

3. CONCLUSÃO

Refletir a juventude como uma categoria social plural, culturalmente marcada pelo tempo em que está localizada, é considerá-la um elemento de mudança da própria sociedade. Mesmo diante da influência das transformações em curso e dos valores tradicionais, a juventude, de modo geral, mostra-se capaz de renovar tais convenções, dando seu próprio significado às práticas, organizações e símbolos cotidianos.

As manifestações políticas e culturais protagonizadas por jovens, intensificadas a partir da década de 1960 em nível nacional e internacional, possibilitaram compreender a categoria em sua totalidade simbólica. Suas novas formas e composições de ações coletivas renovaram os espaços educacionais. Novas formas de produção de saberes e confrontos, bem como a reformulação de outros espaços, deram origem a uma participação social acentuada da juventude no âmbito dos movimentos sociais, em que foram estabelecidas práticas cotidianas capazes de fortalecer a identidade de uma categoria social autônoma e permeada de significados próprios.

Dessa maneira, a trajetória de vida e as expressões da juventude foram, cada vez mais, utilizadas como meio de comunicação e posicionamento desses sujeitos diante da sociedade. O desafio de considerar os processos humanos a partir de

prerrogativas sociais, históricas e culturais influenciaram também as opções políticas e operacionais e que resultaram em novas leituras sobre a realidade, articulando suas experiências e valores.

Estes novos espaços de representação são considerados espaços também educativos, nos quais são proporcionadas aprendizagens e produções de saberes por meio do diálogo, das negociações e/ou confrontos. Em geral, fomentando a participação social, os movimentos e/ou ações coletivas produzem a educação denominada não-formal, englobando desde a prática cotidiana do sujeito, até mesmo suas estruturas sociais, culturais e econômicas mais abrangentes, nas quais se encontra imerso.

Há quem diga que 1968 ainda não acabou. Há quem diga que 1984 comportou o maior ciclo de manifestações no Brasil. E há também quem diga que 2013 ficará para História.

Há 60 anos aproximadamente, temos as ruas dominadas por jovens contrariando o estigma de que são politicamente apáticos. Trazem à tona a questão do espaço público como algo coletivo e ressignificam o modo de atuação à sua maneira, capazes de estimular novas formas de socialização e pertencimento. A juventude propôs à sociedade civil refletir sobre uma democracia participativa por meio do engajamento entre eles e a valorização da cidadania. O ato de produzir a coletividade que se alicerça no sentimento da rebeldia e da curiosidade, é capaz de dispor-se da historicidade e direcionar gerações futuras.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. A política das ruas. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. Especial, 2017. p. 49-58. Disponível em <https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf>. Acesso em 20 mai 2026.

ALVES, Washington Lair Urbano. A educação no Brasil de 1889 à LDB de 1996. In: _____. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996** Monografia (Especialização em Metodologia de Ensino Superior) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins – São Paulo, 2008. São Paulo, Lins, 2008. p. 50-80. Disponível em <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/47650.pdf>>. Acesso em 26 mai 2026.

COSTA, Adriana Alves; VIANNA, Marcio de Albuquerque. Contextos da educação do Brasil entre os anos 1995-2016. In: COSTA, Adriana Alves; GROppo, Luís Antonio. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João

Editores, 2018. p. 45-84.

COSTA, Vânia Maria do Rego Silva; TORRES, Ivanna Sant'Ana. **Possibilidade de atuação de novos sujeitos sociais numa escola que vivencie a democracia.** Anpae, 2012. Disponível em <[VaniaMariadoRegoSilvaCosta_GT8.pdf](#)>. Acesso em 26 mai 2026.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** n. 24, set dez. 2003. p. 40-52. Disponível em <[scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt](#)>. Acesso em 23 mai 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. Em: **Revista Brasileira de Educação.** v.16, n. 47 maio-ago, 2011. P. 333-361. Disponível em <[https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf](#)>. Acesso em 26 mai 2026.

_____. Jovens na política na atualidade: Uma nova cultura de participação. **Caderno CRH,** Salvador- BA, v. 31, n. 82, jan.-abr, 2018. p. 117-133. Disponível em <[https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0117.pdf](#)>. Acesso em 26 mai 2026.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: FÁVERO, Osmar. SPÓSITO Marília. CARRANO, Paulo. NOVAES, Regina. **Juventude e Contemporaneidade.** v. 16, Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 29-45. Disponível em <[https://www.academia.edu/5063049/Juventude_tempo_e_movimentos_sociais](#)>.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: ARANTES, Paulo; SCHWARZ, Roberto. **Cidades Rebeldes:** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Ed. Boitempo, 2013. p. 73-81.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. **Análise Social,** 25, 1990. p. 139-165. Disponível em <[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf](#)>. Acesso em 24 mai 2026.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social,** USP, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005. p. 81-110. Disponível em <[https://www.scielo.br/j/ts/a/f4Ztm8ZzQsWhgywLyjWNWJq/?format=pdf&lang=pt](#)>. Acesso em 23 mai 2026.

TATAGIBA, Luciana F. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade,** Florianópolis, vol.13, n.28, set-dez, 2014. p.35-62. Disponível em <[https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35](#)>. Acesso em 25 mai 2026/.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WILLIAMS, Raymond. Estrutura de Sentimentos. In: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 130-137.

_____. **Cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

